

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.592 - SP (2018/0279255-5)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : SIDNEY AUGUSTO PIOVEZANI - SP114105**  
**MARCELO VICENTE DE ALKMIM PIMENTA - MG062949**  
**ANTONIO PATRICIO MATEUS E OUTRO(S) - SP327274**  
**EDERSON ALÉCIO MARCOS TENÓRIO - SP240694**  
**PRISCILLA HORTA DO NASCIMENTO - SP209780**  
**AGRAVADO : JANDACI APARECIDA COSTA RODRIGUES**  
**AGRAVADO : CEZAR DE PAULA SANTANA**  
**AGRAVADO : ENIUBI MOSCONI**  
**AGRAVADO : JOSE LEONCINI SIQUEIRA**  
**AGRAVADO : LUIZ ISMAEL APARECIDO LAZARO**  
**AGRAVADO : ODAIR FERNANDES DE LIMA**  
**AGRAVADO : SANDRA MARA CLEMENTE**  
**AGRAVADO : MARIA LUIZA LELIS GOULART SIQUEIRA**  
**AGRAVADO : VERGINIO LAMBERT**  
**AGRAVADO : JULIANA CRISTINA COSTA RODRIGUES DE SOUZA**  
**AGRAVADO : ANA CAROLINA COSTA RODRIGUES**  
**AGRAVADO : ANA BEATRIZ COSTA RODRIGUES DE CAMPOS**  
**AGRAVADO : TERSO BENTO DE SIQUEIRA**  
**AGRAVADO : ELISETE MARIANA DE SIQUEIRA**  
**AGRAVADO : MARILSA BENTO DE SIQUEIRA SILVERIO**  
**AGRAVADO : GABRIEL BENTO JUNQUEIRA**  
**AGRAVADO : LUIZ ANTONIO DE SIQUEIRA**  
**AGRAVADO : RODRIGO LIMA JUNQUEIRA**  
**AGRAVADO : JANAINA LIMA JUNQUEIRA SINELLI**  
**ADVOGADO : ANTONIO CAMARGO JUNIOR E OUTRO(S) - SP267800**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 1.030, I, B, DO NCPC (ART. 543-C DO CPC/73). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ART. 1.042 DO NCPC. PONTO REMANESCENTE. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. CONHECIDO EM PARTE O AGRAVO PARA, NESSA EXTENSÃO NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

JANDACI APARECIDA COSTA RODRIGUES e outros (JANDACI APARECIDA e outros) requereram o cumprimento individual da sentença proferida na ação civil pública ajuizada pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC) contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) visando ao pagamento de diferenças sobre o saldo da caderneta de poupança oriundas dos expurgos inflacionários do denominado Plano Verão (janeiro/89).

O Juízo de piso acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo BANCO DO BRASIL para reconhecer o excesso da execução, afastando a cobrança da multa do art. 475-J do CPC/73 e de honorários advocatícios, e determinando que os juros de mora fossem fixados a partir da citação para o cumprimento individual de sentença.

Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo BANCO DO BRASIL em acórdão assim ementado:

*\* AGRAVO REGIMENTAL – A prévia liquidação do julgado é de todo dispensável – Incidência dos juros da mora a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública na ação coletiva – A propositura da execução individual pode ocorrer no foro da comarca do domicílio dos credores – Utilização da Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito – Matérias de entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça – Recurso improvido \** (e-STJ, fl. 415).

Irresignado, o BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF/88, apontando, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 397 do CC/02, e 219, 473, 474, 475, 475-A, 475-E e 557, § 1º, todos do CPC.

O recurso teve seguimento negado com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, em razão do recursos especiais repetitivos nºs 1.247.150/PR, 1.361.800/SP, 1.370.899/SP, 1.391.198/RS e 1.392.245/DF, em relação à inclusão de valores na execução individual da sentença proferida em ação civil pública (Tema 887), ao termo inicial dos juros de mora (Tema 685), à legitimidade (Tema 724), ao foro competente (Tema 723); e, no tocante a necessidade de prévia liquidação por artigos, foi inadmitido tendo em vista a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Nas razões de agravo, o BANCO DO BRASIL alegou que recurso especial por ele interposto reúne todos os requisitos de admissibilidade, bem como alegou a inaplicabilidade da Súmula nº 7 desta Corte.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo, in verbis:**

*Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.*

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.*

***1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de***

*agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.*

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorização de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencedora.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

No caso dos autos, o apelo nobre, no tocante a inclusão de valores na execução individual da sentença proferida em ação civil pública (Tema 887), ao termo inicial dos juros de mora (Tema 685), a legitimidade (Tema 724), e ao foro competente (Tema 723), foi inadmitido nos termos dos arts. 1.030, I, *b*, do NCPC (antigo art. 543-C, § 7º, do CPC/73).

Portanto, quanto aos pontos, o agravo não pode ser conhecido por constituir erro grosseiro.

#### Da inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ

Em relação ao ponto remanescente, necessidade de prévia liquidação por artigos, o recurso especial foi inadmitido tendo em vista a ausência a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Verifica-se que o agravo, nesse ponto, ultrapassa o seu conhecimento, passa-se assim a analisar o mérito do recurso especial no ponto.

O Tribunal assim se manifestou:

*Dessa forma, a apuração do quantum exequendum depende de meros cálculos aritméticos, sendo de todo prescindível a prévia liquidação da sentença, diante da inexistência de fato novo que demande comprovação, como previsto no artigo 475-E do supracitado diploma legal (e-STJ, fl. 417).*

Tendo o Tribunal de origem afirmado que não há a necessidade de se proceder a liquidação por arbitramento ou por artigos do julgado, sendo suficiente a mera realização de cálculos aritméticos, não é possível afirmar o contrário sem revisar fatos e provas. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, veja-se precedente:

*CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.*

*[...]*

*2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).*

*3. No caso concreto, o Tribunal de origem se baseou nos fatos e nas provas dos autos para concluir pela desnecessidade de liquidação por arbitramento.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 477.827/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016)*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO EM PARTE** do agravo para, nessa extensão, **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator